



A Presença Indígena no Paraná: História, Cultura e Desafios Contemporâneos

Ionah Beatriz Beraldo Mateus, Ademir Nunes Gonçalves, Mariulce da Silva Lima Leineker



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p892-918>

Artigo recebido em 24 de Junho e publicado em 24 de Julho de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A influência indígena no Brasil é profunda e abrange diversos aspectos da cultura e identidade nacional. Desde a colonização portuguesa no século XVI, os povos originários contribuíram significativamente para a formação da sociedade brasileira, apesar dos séculos de exploração, genocídio e etnocídio. Este artigo analisa a diversidade cultural das etnias indígenas no Paraná, destacando suas características étnicas e identitárias, bem como os desafios contemporâneos que enfrentam. A pesquisa baseou-se em estudos antropológicos, como os de Mota (2008), Parellada (2006) e Grupioni (2014), além de trabalhos sobre educação indígena, como os de Faustino (2006), Novack (2008) e Baniwa (2019). A análise foi conduzida sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, considerando as comunidades indígenas do Paraná como parte de um contexto maior que reflete a realidade de um país colonizado e subalternizado. O estudo evidencia a riqueza cultural desses povos e sua resistência frente às diversidades históricas, ressaltando a importância de valorizar suas tradições e lutas atuais. Apesar da marginalização, as etnias paranaenses mantêm suas identidades e contribuem para a diversidade cultural do Brasil, reforçando a necessidade de políticas que garantam seus direitos e preservação. **com no maximo 320 palavras. Resumo deve ter introdução, objetivos, metologia e conclusão.**

Palavras-chave: povos indígenas; diversidade cultural, identidade étnica.



ABSTRACT

The Indigenous influence in Brazil is profound and permeates various aspects of the nation's culture and identity. Since Portuguese colonization in the 16th century, Indigenous peoples have significantly contributed to the formation of Brazilian society, despite centuries of exploitation, genocide, and ethnocide. This article examines the cultural diversity of Indigenous ethnic groups in Paraná, highlighting their ethnic and identity traits, as well as the contemporary challenges they face. The research is based on anthropological studies, such as those by Mota (2008), Parellada (2006), and Grupioni (2014), as well as works on Indigenous education, like those by Faustino (2006), Novack (2008), and Baniwa (2019). The analysis was conducted from a historical-dialectical materialist perspective, considering Paraná's Indigenous communities as part of a broader context that reflects the reality of a colonized and subalternized country. The study highlights the cultural richness of these peoples and their resistance in the face of historical adversities, emphasizing the importance of valuing their traditions and current struggles. Despite marginalization, Paraná's Indigenous ethnic groups maintain their identities and contribute to Brazil's cultural diversity, reinforcing the need for policies that ensure their rights and preservation.

Keywords: Indigenous peoples, Cultural diversity, Ethnic identity.

Instituição afiliada – Universidade Estadual do Centro Oeste

Autor correspondente: *Ionah Beatriz Beraldo Mateus* beatrizberaldo@uol.com.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A influência indígena no Paraná é profunda, começando pelo próprio nome do estado. Derivado da língua Guarani, "Paraná" significa "rio semelhante ao mar" (pará = mar; anã = parecido), refletindo a profunda conexão dos povos originários com a geografia da região. Até mesmo a capital, Curitiba, carrega um nome indígena—originário do termo Tupi-Guarani "Curiytiba", que significa "abundância de pinheiros".

Essa herança linguística é apenas uma faceta de uma presença cultural muito mais ampla. Hoje, o Paraná abriga 45 aldeias indígenas e 23 Terras Indígenas (TIs) demarcadas, distribuídas em 41 municípios. A população indígena do estado é composta principalmente pelos povos Kaingang (70%) e Guarani (30%), com pequenas comunidades remanescentes Xetá e Xokleng. Segundo dados preliminares do Censo (2022), a população indígena paranaense cresceu para 35.760, demonstrando resiliência apesar de séculos de marginalização.

No entanto, essa presença não foi construída sem luta. Desde a colonização portuguesa no século XVI, as comunidades indígenas no Paraná enfrentaram expulsões territoriais, violência e apagamento sistêmico. A expansão do agronegócio, projetos hidrelétricos como Itaipu e o arrendamento ilegal de terras ameaçaram ainda mais seus territórios e modos de vida. Ainda assim, por meio de resistência cultural, mobilização política e batalhas jurídicas, esses povos seguem reivindicando seus direitos e preservando suas tradições.

Este artigo explora os desafios históricos e contemporâneos enfrentados pelos povos indígenas do Paraná, com foco nos Kaingang, Guarani e Xetá—grupos que moldaram a identidade do estado, apesar do deslocamento e da repressão cultural. Ao examinar suas cosmologias, estruturas sociais e lutas atuais por demarcação, destacamos não apenas sua resistência, mas também a urgência de políticas que garantam sua sobrevivência, autonomia e continuidade cultural.

Da destruição das florestas de araucária—um recurso vital para os Kaingang—aos reassentamentos forçados de comunidades Guarani próximas a lixões urbanos, os povos indígenas do Paraná permanecem na linha de frente de conflitos ambientais e territoriais. Sua luta por reconhecimento não é apenas por terra, mas por reconstruir



seu lugar na história—uma narrativa que, por séculos, foi escrita pelos colonizadores, mas que hoje está sendo reescrita pelas próprias vozes indígenas.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, para analisar a influência indígena no Paraná, com ênfase nos aspectos históricos, culturais e territoriais. A metodologia foi estruturada nas seguintes etapas: Análise de relatórios da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), legislações relacionadas aos direitos indígenas, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Índio. Além de utilizar dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022) para mapear a distribuição da população indígena no Paraná, considerando crescimento populacional, localização das Terras Indígenas (TIs) e condições socioeconômicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

INFLUENCIA INDÍGENA NO PARANÁ:

A influência indígena é bastante forte no Paraná, a começar pelo nome “Paraná”. Segundo informações do Museu Paranaense, a palavra é de origem Guarani e significa “rio semelhante ao mar”: pará (mar) + anã (parecido, semelhante), sendo que entre 1853 e 1860, o nome da Província do Paraná era escrito, justamente, como Paranhã.

Curitiba, a capital do estado, também é um nome de origem indígena, derivado dos termos Curiytiba e Curityba, vindos do Guarani e do Tupi, significando “abundância de pinheiros”: curiy (pinheiro) + tuba (sufixo de bastante).

Essa influência também se reflete na expressiva presença desses povos no estado. Segundo a Funai, o Paraná concentra 45 aldeias e 23 TIs distribuídas em 41 municípios e 34 comarcas.

Com relação às etnias, aproximadamente 70% dos indígenas pertencem ao povo Kaingang e 30% ao povo Guarani. Também existem famílias descendentes do povo Xetá e algumas do povo Xokleng. Entretanto, existem outras etnias que transitam e vivem hoje no Paraná.

De acordo com o governo do estado, cerca de 13.300 indígenas vivem em aldeias



ou TIs. A população indígena no estado, no entanto, é maior. Em 2010, o IBGE havia identificado 26.559 indígenas (equivalente a 0,25% da população), mas apenas 11.934 (44,9% do total) viviam nas aldeias ou terras oficialmente reconhecidas. Dados parciais do Censo de 2022 atualizaram a população indígena do estado para 35.760, revelando um crescimento populacional de 2,75%.

A presença mais forte no estado, considerando-se as áreas já demarcadas, é da etnia Guarani, grupo do tronco linguístico Tupi-Guarani, presente em 16 das 23 Terras Indígenas. Os Kaingang, pertencentes à família linguística Jê, aparecem logo em seguida, com presença em 14 áreas. Os Xetá vêm por último, etnia essa que também pertencentes ao tronco linguístico Tupi-Guarani e presentes em três áreas – sendo importante destacar que há áreas com a presença de mais de uma etnia. As Terras Indígenas estão distribuídas em diferentes regiões, conforme indica o quadro a seguir.

QUADRO 4 – DADOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS DO PARANÁ

Terra Indígena	Localização	Etnias	Hectares
Ocoy	Santa Helena e São Miguel do Iguaçu	Guarani e Guarani Ñandeva	2.500 hectares
Rio das Cobras	Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu	Kaingang e Guarani	19 mil hectares
Mangueirinha	Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho	Guarani, Guarani Mbyá e Kaingang	16 mil hectares
Palmas	Palmas	Guarani e Kaingang	3.770 hectares
Marrecas	Turvo, Guarapuava e Prudentópolis	Kaingang, Guarani e Guarani Ñandeva	17 mil hectares
Ivaí	Manoel Ribas e Pitanga	Kaingang	7 mil hectares
Faxinal	Cândido de Abreu	Kaingang	1.885 hectares
Rio da Areia	Inácio Martins	Guarani, Guarani Mbyá	1.000 hectares
Queimadas	Ortigueira	Kaingang	3.000 hectares
Apucarantina	Londrina	Kaingang	5.574 hectares
Barão de Antonina	São Jerônimo da Serra	Guarani, Guarani Ñandeva e Kaingang	4.000 hectares
São Jerônimo da Serra	São Jerônimo da Serra	Guarani, Guarani Ñandeva e Kaingang	4.840 hectares
Laranjinha	Abatiá, Cornélio Procópio, Ribeirão do Pinhal e Santa Amélia	Guarani	1.000 hectares



Pinhalzinho	Curitiba	Mbyá Guarani	593 hectares
Ilha da Cotinga	Ilha da Cotinga	Guarani e Mbyá Guarani	1.759 hectares
Mococa	Tibagi	Kaingang	850 hectares
Tekohá Añetê	Diamante D'Oeste	Guarani e Guarani Ñandeva	1.744 hectares
Apucarana	Apucarana	Kaingang	6.000 hectares
Yvyaporã	Ribeirão do Pinhal e Santa Amélia	Guarani e Kaingang	900 hectares
Tekohá Guasu Guavirá	Guaíra e Terra Roxa	Ava-Guarani e Guarani Mbyá	14.000 hectares
Sambaqui	Pontal do Paraná	Guarani Mbyá	16.000 hectares
Cerco Grande	Guaraqueçaba	Guarani e Guarani Mbyá	1.431 hectares
Karugwá	Piraquara	Guarani	Não informado

FONTE: A autora (2024) adaptado de Funai [s.d.] e Instituto Socioambiental (2023).

A cultura indígena também pode ser percebida na culinária do estado: além do consumo da erva-mate fria ou quente, há o costume de preparar alimentos com mandioca, milho e pinhão, como o mingau, a pamonha e a paçoca. No vocabulário, nomes como guabiroba, maracujá, butiá, capivara e jabuti são de origem Guarani, bem como o nome da cidade de Curitiba tem origem Guarani. Por outro lado, os nomes de municípios como Goioerê, Cândói, Xambrê e Verê são origem Kaingang.

A história do estado também é repleta da presença e da ação indígena. Mota (2009) afirma que o território hoje denominado Paraná vêm sendo continuamente habitado por diferentes populações indígenas há cerca de 8.000 anos, de acordo com os vestígios materiais mais antigos encontrados pelos arqueólogos.

Segundo Parellada (2006), entre os anos de 1500 e 1600, habitavam cerca de duzentos mil indígenas no mesmo espaço em que se situa o Paraná. Esses indígenas pertenciam a duas famílias linguísticas: Jê e Tupi-Guarani. A maioria desses povos era caçador-coletor e utilizava instrumentos de pedra, cerâmica e ossos, que hoje podem ser estudados e permitem reconstruir o passado desses grupos.

Quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil, no início do Século XVI, as populações indígenas já estavam no Paraná. Segundo Parellada (2006), são elas: Guarani e Xetá, do tronco linguístico Tupi-Guarani; e os Kaingang e Xokleng, do tronco linguístico Jê.



Tomazi (1997) revela que outros estudos antropológicos sobre os indígenas do Paraná dividem as populações em duas áreas culturais: a da Floresta Tropical e a da Marginal. Na primeira área estão os Guarani, que já conhecem a navegação, a cerâmica, a rede e a agricultura. Na segunda estão os grupos indígenas como os Kaingang, que desconhecem instrumentos como rede e embarcações, bem como vivem de caça, pesca e coleta de alimentos silvestres.

Ainda de acordo com o autor, os Guarani ocuparam o litoral do Paraná e foram os primeiros a ter contato com os portugueses. Já os Kaingang, apesar do contato tardio, compreendiam melhor a língua dos estrangeiros. “Portanto, os territórios entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, hoje denominados noroeste do Paraná, foram ocupados desde tempos imemoriais por povos indígenas” (Tomazi, 1997, p. 64).

Com a chegada dos portugueses, iniciaram-se as guerras contra as populações indígenas para posse de suas terras e riquezas. A reação dos indígenas não foi pacífica; resistiram aos ataques com suas flechas e lutaram contra espadas, bestas, doenças e acordos injustos.

Mota (2009) conta que, para os olhos da sociedade colonial, o espaço ocupado pelos povos indígenas era apenas um vazio demográfico para ser utilizado pela exploração econômica. Era como se o norte e o oeste paranaense, com suas terras roxas e abundantes, com florestas, rios e mares, estivessem aguardando a modernidade com a chegada da produção industrial.

No entanto, a chegada do colonizador pôs fim na paisagem natural. Mota (2009) afirma que a literatura do período retrata a natureza paranaense como sendo hostil e perigosa, precisando, por isso, ser combatida, destruída e desbravada. Ao cumprir essa missão heroica, a floresta se transforma “nas terras roxas prontas para fornecerem colheitas dadas de frutos destinados à alimentação e preservação da espécie humana” (Mota, 2009, p. 21).

Portanto, a ocupação e a destruição de espaços naturais e de populações inteiras que atrapalhavam o progresso capitalista são justificados pelos interesses dos corajosos desbravadores. Segundo Mota (2009), a partir do Século XVII, florestas, rios, terras, rochas e minerais foram transformados em matéria-prima para os meios de produção.



O Paraná passou, então, a ser mais um espaço de produção de mercadorias e riquezas. As Terras Indígenas foram sendo destruídas e as comunidades expulsas. Expulsas da própria história.

PRINCIPAIS ETNIAS DO PARANÁ

Segundo Parellada (2006), os grupos indígenas do Paraná vivem nas Terras Indígenas demarcadas pelo governo federal, onde recebem assistência médica, odontológica e educação bilíngue. Entretanto, estudos recentes apontam que a realidade dos povos indígenas paranaenses não é bem essa. A situação de cada comunidade é complexa e variada.

Dados do Ministério Público do Estado do Paraná demonstram que o estado possui ainda várias terras não demarcadas. Ter suas terras demarcadas é fundamental para a garantia dos direitos básicos desses povos. É o caso da Terra Indígena Tekohá Guasu Guavirá, com 14 aldeias, localizada nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, que abrigam mais de 3 mil pessoas das etnias Avá-Guarani e Guarani Mbyá. Em fevereiro de 2020, a Justiça Federal atendeu ao pedido da prefeitura de Guaíra e suspendeu os atos de demarcação de terras. Vale ressaltar que parte dessas terras pertence à usina hidrelétrica de Itaipu.

O acesso à educação é garantido de acordo com a moradia do aluno. Caso viva na zona urbana, o aluno indígena é atendido pela escola do bairro em que reside. Se vive na zona rural, mas fora de sua comunidade, as escolas rurais ou do campo recebem a matrícula. Para indígenas que vivem nas Terras Indígenas, o estado oferece escola específica. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a rede estadual de ensino conta com 39 escolas indígenas inscritas em suas terras, contemplando mais de 5 mil estudantes. Essas instituições de ensino possuem autonomia e têm normas, pedagogia e funcionamentos próprios, respeitando a especificidade étnico-cultural de cada povo.

Pesquisadores da área da Educação, como Faustino, Menezes e Novak (2021), revelam que em 2021 havia apenas 68 professores indígenas formados no Paraná. Os autores citam a importância da construção de escolas indígenas com infraestrutura adequada, bibliotecas, salas de aulas, laboratórios, computadores e internet. O acesso à educação de qualidade, com currículos capazes de respeitar e valorizar a cultura e a



identidade de cada povo, é de extrema utilidade. Desse modo, os professores indígenas formados teriam condições de aprimorar suas práticas pedagógicas, identificar questões prioritárias e transformar as condições de vida de suas comunidades.

Os povos indígenas do Paraná também enfrentam desafios em relação à saúde. Dados da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná apontam que mais de 25 mil indígenas participam da rede de atendimento público do estado. Existem 22 Regionais de Saúde com profissionais capacitados para assegurar o acesso e o atendimento dessas populações. O sistema é semelhante ao Programa de Saúde da Família e conta com equipes para atender cada aldeia. Essas equipes fazem o elo entre o Sistema Único de Saúde – SUS e a população indígena. Elas são compostas por profissionais – médicos, enfermeiros, dentistas – e indígenas treinados pela Funasa para levar as informações na língua nativa. Nos atendimentos de casos mais graves, existe uma rede hospitalar, com estabelecimentos de saúde cadastrados em várias regiões do estado. Para esse atendimento, há 15 equipes e 40 hospitais cadastrados. Para a manutenção do sistema indígena de saúde, o governo disponibiliza verba tanto para os municípios que as equipes estão ligadas, como para os hospitais.

Povo Kaingang

Segundo dados do Portal Kaingang , sua população no Paraná representa cerca de 11.735 pessoas. No Brasil, a população dessa etnia está estimada em 37.470 pessoas, distribuídas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Paraná, as maiores aldeias do povo Kaingang são Rio das Cobras, Mangueirinha e Apucarantina.

Eles estão presentes em mais de 46 Terras Indígenas no sul do país. Os Kaingang são considerados um dos três povos indígenas mais populosos no Brasil, correspondendo a 50% de toda a população dos povos de língua Jê.

O modo de vida e a cultura desse povo foram modificados ao longo do tempo de acordo com as necessidades sociais, econômicas e climáticas. Nas aldeias do Paraná, suas moradias são representadas de várias maneiras. As casas, atualmente, podem ser de alvenaria, madeira, pau a pique e cobertas com folhas de coqueiro ou sapé. No entanto, a maioria ainda prefere manter a casa de madeira com o chão batido para manter o contato com a terra e acender o fogo de chão. Além de o fogo ser uma prática de aquecimento para os dias frios, também é parte dos costumes tradicionais, porque a



fumaça é considerada purificadora e protetora contra os maus espíritos. Para eles, o cheiro da fumaça é parte dos cuidados pessoais por caracterizar a proteção contra os males sobrenaturais.

A alimentação dos Kaingang é baseada no milho, na mandioca e no pinhão. Mas também cultivam roças comunitárias e na região é bastante comum o plantio de feijão e de abóbora. Esse povo é bastante conhecido pela técnica de cozimento, conhecida como moquear ou moquém, na qual o alimento é seco ou assado em paus, no fogo, para durar mais tempo. Outra técnica de cozimento para carnes é envolvê-las em folhas de bananeiras e enterrá-las no chão. Por cima, eles colocam brasas e pedras quentes.

Os homens são responsáveis pela caça e pela pesca. Embora hoje estejam familiarizados com o consumo da carne bovina, de acordo com Mota (2008), ainda preferem aves, peixes e porcos. O milho é muito importante por ser utilizado na alimentação e em outras atividades. As palhas são usadas no artesanato, as espigas na ração de animais e os grãos para produção de alimentos e bebidas típicas. Uma das principais bebidas típicas é o kiki. No Portal Kaingang há a explicação de que o kiki é uma bebida fermentada feita a partir dos grãos de milho e do pinhão. Atualmente, é também o nome de umas das principais festas para celebrar a vida de seus antepassados.

A bebida é parte de um ritual que, segundo a história, originou as cores tribais dos Kaingang: o preto e o vermelho. Como é típico do conhecimento tradicional indígena, muitos conceitos e valores são transmitidos para as próximas gerações por intermédio de histórias orais. A principal história do povo Kaingang é a de Kamé e Kairú: dois indígenas que se perderam na mata enquanto guerreavam contra os não indígenas. Quando pararam para descansar, apareceu Mig Fer (cobra com asas) e devorou Kairú. Sendo assim, o amigo Kamé jurou vingança e confeccionou um cesto para levar os restos mortais do companheiro. Enquanto confeccionava o cesto, Mig Fer voltou e tentou atacar Kamé, mas ele matou o monstro com muitas flechadas.

Para preparar a festa, os Kaingang se dividem em dois grupos. Metade se pinta de risquinhos ou setas pretas feitas com carvão queimado; esse grupo simboliza Kamé, que matou Mig Fer com suas flechas. A outra metade se pinta com bolinhas vermelhas feitas de lascas de pinheiro queimado e simboliza Kairú, representando o sangue indígena derramado. A festa acontece no início do inverno, época de maior abundância



de alimentos.

Há várias relações da história de Kamé e Kairú com a história vivida pelos ancestrais dos Kaingang em sua luta contra os não indígenas, durante a ocupação de seus territórios. O uso de histórias é típico das culturas indígenas e a linguagem simbólica empregada auxilia a marcar a memória das crianças e jovens, ajudando-os a entender os fatos e os valores complexos. É mediante esse mesmo simbolismo, e dos inúmeros significados atribuídos à história de Kamé e Kairú, que o povo Kaingang compreende divisões sociais, gênero, casamento e descendência. Nas diferentes interpretações e versões da história, Kamé e Kairú são considerados diferentes, mas complementares. Como o homem e a mulher, como o bem e o mal, como a lua e o sol. A concepção dualista é bastante forte na tradição Kaingang, havendo, entretanto, uma articulação de unidades buscando a complementaridade através das metades opostas.

Esses princípios também são encontrados na organização social, formada por grupos domésticos de famílias nucleares. Essas famílias agregam: filhas e filhos solteiros, filhas casadas, genros e netos. Esse grupo não necessariamente ocupa a mesma habitação, mas, sim, o mesmo território. A família é a unidade fundamental da sociedade Kaingang, pois de acordo com as regras, após o casamento, homem e mulher (metades opostas) vivem na casa do sogro e deve haver uma simetria entre sogro e genro. Dados do ISA indicam que atualmente essas concepções se mantêm operantes entre os Kaingang e o respeito às regras de descendência, residência e autoridade política, embora tenham passado por adaptações, seguem as tradições culturais da comunidade.

A estrutura política também é muito hierarquizada, seguindo as tradições das comunidades Kaingang. A posição máxima dessa hierarquia é ocupada pelo cacique e depois pelo vice-cacique. Este representa a metade oposta do cacique e deve auxiliar no planejamento e nas ações políticas. Devido à concepção de complementaridade entre as posições, ambos desfrutam do mesmo prestígio e responsabilidades. Dentre as responsabilidades, encontram-se a representação da coletividade e sua autoridade no “mundo dos brancos”. De maneira geral, para os Kaingang a autoridade política de seus caciques deve ultrapassar os limites da Terra Indígena, pois eles devem ser autoridades no “mundo dos brancos” também. A escolha do cacique é realizada por meio de eleição



e apenas os homens de idade superior a 15 anos participam. A candidatura à posição de cacique é articulada entre as famílias de maior prestígio no interior das Terras Indígenas.

Além dos caciques, há um conselho local chamado de Liderança. Esse grupo de pessoas da comunidade auxilia nos processos de tomada de decisões relacionadas aos aspectos econômicos, políticos, jurídicos e éticos. A Liderança também é responsável pelas decisões e punições aplicadas a problemas como: brigas internas, bebedeiras, pequenos roubos, desrespeito a autoridades, entre outros assuntos. As punições variam de acordo com a gravidade da situação. Os infratores podem ser convocados a prestar serviços para a comunidade, como limpar os caminhos e acessos à escola ou ao posto de saúde, ou até ficarem presos (cada Terra Indígena possui uma concepção de prisão, que pode ser uma casa abandonada ou um local desabitado), sem direito a banho e alimentação – recebem apenas água. Nos casos mais graves, a pena máxima é ser expulso da Terra Indígena; nesse caso, há um anúncio público e os familiares do infrator se sentem tão pressionados pela comunidade que acabam abandonando a TI também.

Os Kaingang possuem profundo apego por seus territórios e pela natureza. No Paraná, eles têm uma relação muito significativa com a araucária. A árvore é considerada o símbolo da gratidão por ter seus galhos estendidos aos céus. Sua madeira é utilizada em vários rituais e cerimônias, esculturas e artesanatos. Outra utilidade dessa árvore é o pinhão, consumido de variadas formas: tostado, cozido ou socado no pilão e transformado em uma farofa chamada de pisé. Inclusive, as espécies vegetais, que crescem sob a árvore, servem de fonte nutricional, a exemplo do urtigão (pyrfér, em idioma Kaingang); a samambaia (grỹ); o sinjir, uma espécie de trepadeira; e o cogumelo ka nĩgrẽg, retirado do tronco da árvore. Essa árvore ocupa espaço nobre na cultura Kaingang, sendo utilizada na educação indígena e como recurso de ensinamento da espiritualidade.

No entanto, dados do Ministério do Meio Ambiente apontam que a mata de araucária, também chamada de floresta ombrófila mista, é um dos ecossistemas mais devastados do Brasil. No passado, chegou a cobrir 40% do território do Paraná, mas atualmente está reduzida a 3% de sua extensão original. Além do caráter cultural e religioso, a araucária, como o povo Kaingang, compartilha o histórico de degradação do território. Os indígenas foram expulsos de suas terras por invasões conjuntas de



posseiros, fazendeiros e pequenos agricultores – os mesmos que, não por acaso, desmatam grandes extensões de matas de araucárias.

Mesmo as Terras Indígenas oficialmente reconhecidas sofrem com uma prática que é nociva tanto à sobrevivência da araucária quanto da cultura Kaingang. É o chamado arrendamento, uma parceria entre não indígenas e indígenas para alugar as terras dos povos originários ao agronegócio. Isso é expressamente ilegal de acordo com a Lei 6.001/1973, conhecida como Estatuto do Índio: “Art. 18. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas”. A prática do arrendamento seguiu/segue sendo amplamente praticada no estado, inclusive com o conhecimento de órgãos do governo, como o Serviço de Proteção ao Índio – SPI (que existiu de 1910 a 1967) e da Fundação Nacional do Índio (Fundação Nacional dos Povos Indígenas a partir de 2023).

Estudos recentes realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul apontam a prática do arrendamento como a principal fonte de conflitos e violência nas Terras Indígenas do estado, com cooptação e corrupção de lideranças indígenas pelas elites econômicas locais para promover crimes ambientais em prejuízo à saúde e à qualidade de vida do povo Kaingang há décadas. A erradicação do arrendamento é fundamental, para assegurar a subsistência das comunidades indígenas, afetadas cultural e ambientalmente por essa prática.

Povo Guarani

Segundo dados do IBGE, vivem no Paraná em média 5 mil Guarani. As maiores aldeias Guarani do estado são: Mangueirinha, Cerco Grande e Ilha Cotinga. O povo Guarani se divide em três grupos: Kaiowá, Nhandeva e Mbyá, sendo o maior deles o grupo Kaiowá, que significa “povo da floresta”. O território paranaense é habitado pelos grupos Mbyá e Nhandeva. Essa denominação exprime diferenças culturais existentes nos hábitos alimentares, em expressões linguísticas, rituais e crenças. O termo Nhandeva significa “nós”, “todos nós”, e é empregado por todos os Guarani. Contudo, segundo informações do ISA, é a única forma de apresentação daqueles que falam o dialeto Apapukuva, uma língua ancestral Guarani. Já o termo Mbyá significa “os primeiros escolhidos”. O nome teve origem a partir de um ritual típico, conhecido como



Jeguakava Tenonde Porangueí, no qual os escolhidos (Mbyá) levam o adorno sagrado de plumas aos deuses, sendo, por isso, os primeiros adornados.

Apesar das especificidades dos grupos Guarani, algumas características lhes são comuns. Uma delas é a língua, que utiliza muitas expressões variadas entre os grupos (Mbyá, Ñhandeva e Kaiowá), mas ainda assim mantém características do tronco linguístico Tupi.

Outro aspecto comum do povo Guarani é a visão cosmológica do mundo. Eles acreditam na Terra Sem Males, um local indestrutível, onde habitam seus ancestrais e deuses. Lá existe abundância, dança e música. Esse mundo pode ser acessado pelos vivos através do xamã, o guia espiritual dos Guarani. O xamã mantém contato com o mundo dos vivos e dos mortos, com os espíritos da natureza e com os deuses. Ele é uma figura central na comunidade, pois mediante suas capacidades sobrenaturais, ele ainda transforma as relações e os fatos na aldeia ou tekohá.

O trabalho do xamã orienta o povo Guarani sobre a melhor hora de plantio, colheita, pesca e caça. Ele também é importante conselheiro para as relações, casamentos e demais decisões que precisam da intervenção dos deuses ou dos espíritos. Portanto, o xamanismo é uma presença central na organização sociocultural do povo Guarani.

A educação das crianças e dos jovens segue a mesma cosmovisão, orientando-os a conhecer o mundo divino e o mundo da tekohá. De acordo com o xamanismo, isso deve ser feito ao longo dos anos, com as experiências próprias e com o conhecimento que cada ser possui. Para o povo Guarani, todos os seres possuem conhecimentos e os humanos precisam aprender a escutar. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, essa é uma metodologia própria do povo Guarani. As crianças são orientadas pelos mais velhos, que podem ou não ter poderes divinos, mas são dotados de maior sabedoria. Eles são responsáveis pela transmissão dos conhecimentos tradicionais e também orientam moralmente as condutas aceitas pela comunidade. Quando a criança age em conformidade com os costumes, ela aprende. Ao aprender, ela se aproxima dos deuses e é abençoada.

Para os Guarani, o conhecimento une os homens aos deuses e precisa ser socializado no interior da tekohá. A oralidade é a forma de transmissão de saberes mais



valorizada entre os Guarani, que utilizam histórias dos antepassados, mitos e suas experiências pessoais. De acordo com pesquisas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, “eles ensinam e aprendem conversando ao redor do fogo com músicas e danças” (Seed, 2021, p. 43).

Os Guarani possuem uma relação única com seus territórios. O Instituto Socioambiental reconhece que são inúmeros os esforços para manter, na atualidade, a configuração tradicional de seus territórios. Em suas aldeias, distribuídas por diversas regiões do Paraná, o único limite terreno reconhecido pelos Guarani é o mar. Dessa forma, o conceito de território para o povo Guarani supera os limites físicos da tekohá e se associa a uma visão de mundo que é compartilhada e preservada, bem como se amplia, visto que esse povo possui “parentes” (os Guarani de outras localidades se reconhecem como parentes) no Paraguai, na Argentina, no Uruguai e em vários estados do Brasil, criando movimentos migratórios e relações multiétnicas.

O mundo Guarani é amplo e deve ser compartilhado com as diferentes sociedades e grupos sociais. Mas na tekohá o mesmo não acontece. O lugar onde vivem não abriga outros grupos. A tekohá é sagrada e nela há zelo pela privacidade de sua comunidade. Segundo a tradução fornecida pelo Instituto Socioambiental, tekohá significa “modo de ser, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, costumes”. Logo, tekohá é o lugar que reúne as condições físicas e estratégicas que permitem aos Guarani viver de acordo com seus costumes. Para isso, é preciso que a região geográfica da tekohá apresente condições ambientais mínimas necessárias, como áreas de mata preservada, solo adequado para agricultura, fontes de água potável, entre outras.

As aldeias Guarani podem ser formadas a partir de uma família extensa e compreender outros núcleos familiares integrados pela liderança política e espiritual. Elas variam entre 20 e 200 pessoas e a organização espacial interna das aldeias é determinada por relações de afinidade e consanguinidade. Outra característica bastante marcante dos Guarani se refere à moradia típica na aldeia. Segundo Parellada (2006), a habitação é coletiva e abriga várias famílias. Esse povo também se caracteriza por realizar frequentes migrações: “São grupos que se deslocam constantemente pelas terras indígenas, de modo que existe uma dinâmica cultural entre eles (Parellada, 2006, p. 38). Alguns pesquisadores observam essas migrações e as compreendem como crises



na ordem social do grupo. Mas Mota (2008) salienta que existem vários motivos: desde o simples manejo do terreno, passando por crise de recursos naturais até desavenças internas e expulsões.

Segundo os padrões tradicionais Guarani, a liderança espiritual é exercida pelo Xamoi (avô) e seus auxiliares yvyraija, bem como também pode ser exercida por mulheres Kunhã (avó). As aldeias possuem espaços específicos para oração; as práticas religiosas são frequentes e duram muitas horas. O Opy (casa de reza) é onde se realizam rituais para resolver problemas com a colheita, falta ou excesso de chuva, problemas familiares, acontecimentos importantes, imprevistos etc. A cerimônia principal realizada no Opy é o Nheemongarai. Nesse ritual, as plantas tradicionais são benzidas para dar os nomes aos recém-nascidos do período.

O ritual do Nheemongararai também dá início aos ciclos de atividades agrícolas. A agricultura de subsistência é uma das principais atividades. Parellada (2006) afirma que o ciclo de subsistência agrícola dos Guarani é definido por dois períodos de tempos que equivalem a duas estações do ano: a quente (primavera – verão) e a fria (outono – inverno). A autora também explica que a agricultura é mais que uma atividade econômica:

Pode-se dizer que, para os Guarani, o significado da agricultura está na própria possibilidade de realizá-la e no que isso implica: organização interna, reciprocidade, troca de sementes e espécies, experimentos, rituais, renovação de ciclos. Dessa forma, a agricultura faz parte de um sistema mais amplo que envolve aspectos da organização social e princípios éticos e simbólicos baseados antes de tudo na dinâmica temporal de renovação dos ciclos, e não na quantidade e disponibilidade de alimentos para consumo. (Parellada, 2006, p. 46).

Os Guarani cultivam ao redor de suas casas plantas tradicionais, ou seja, que não são misturadas com espécies estrangeiras, além daquelas que são utilizadas como remédios. Nas áreas de cultivo do Paraná é comum o plantio de milho, feijão e de árvores frutíferas. Embora seja uma fonte de alimento, a caça não é uma prática comum entre os Guarani (Parellada, 2006). Essa atividade envolve outros significados simbólicos para a comunidade e por isso, possuem regras muito rígidas de consumo que implicam seletividade e sazonalidade para garantir a continuidade e sobrevivência das espécies.



A arte é outra atividade de fonte de renda, por meio do artesanato. O artesanato implica em várias etapas de trabalho que envolvem toda a família. Por isso, o bem produzido é considerado um produto que pertence à família nuclear. A responsabilidade de cada etapa (criação, coleta da matéria-prima, qualidade do produto, confecção, preço e venda) faz parte da dinâmica entre as famílias. Segundo dados do Instituto Socioambiental, essa organização socioeconômica garante a autonomia dos Guarani. Tanto que, raramente, eles procuram trabalho fora da comunidade e quando o fazem, é sempre temporário, apenas para complementar a renda familiar. Nos últimos anos, vários jovens foram contratados pelo Estado, como professores indígenas e agentes de saúde.

No entanto, pesquisas recentes sobre as condições dos povos Guarani no Paraná revelam que muitas comunidades vivem em territórios que não permitem a sobrevivência do grupo. Segundo Borges (2012), no oeste do Paraná, o povo Guarani ainda luta para reconquistar um espaço para viver, sendo que algumas dessas áreas são originariamente deles. Atualmente, existem seis ocupações de terras na região: Tekohá Y Hovy – Município de Guaíra; Tekohá Araguaju – Município de Terra Roxa; Tekohá Marangatu – Município de Guaíra; Tekohá Vy'a Renda Poty – Município de Santa Helena; Tekohá Porã – Município de Guaíra.

No entanto, conforme denuncia Misuzaki em diversos artigos científicos (2015), essas comunidades apresentam condições precárias de saúde, saneamento básico e educação, ou seja, condições precárias de sobrevivência nas aldeias Guarani de Guaíra e Terra Roxa. A autora também evidencia que cerca de 1.400 indígenas foram expulsos de suas terras em 2012, por isso tiveram de se instalar até em áreas consideradas insalubres.

Borges (2012) e Misuzaki (2015) retratam em suas pesquisas um período histórico do Paraná, em meados do século XX, em que aproximadamente 30 aldeias Guarani desapareceram do estado. Isso porque a política de expansão do agronegócio obrigou diversas etnias a recorrerem a moradias impróprias após terem suas terras reconhecidas como posse de fazendeiros. Um exemplo dessa situação é a Terra Indígena Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, onde muitos grupos Guarani foram viver em território Kaingang, apesar da rivalidade histórica entre essas etnias e dos costumes



extremamente distintos.

A construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional, que inundou várias aldeias tanto do lado brasileiro como do lado paraguaio, é outro fato de expansão do agronegócio no Paraná. Uma expansão que desabriga muitas aldeias, obrigando-as a se juntarem com outras aldeias. Os grupos que não conseguiram se incorporar em outras aldeias foram realocados, sem nenhum compromisso do Estado, em locais inóspitos e totalmente inadequados.

Misuzaki (2015) destaca que em 2013, a Tekohá Taturi e a Tehohá Mirin foram instaladas próximas ao “lixão” municipal. Para sobreviverem, os aldeados tiveram que retirar seus alimentos dos lixos descartados. A autora descreve ainda casos de aldeias sem acesso à água potável, sem energia elétrica, sem escola e sem serviço de saúde. Além de tudo, a população indígena sofreu grave hostilidade da população não indígena local por estarem pedindo e mendigando pelas ruas.

Borges (2012) explica que o deslocamento forçado dos Guarani no oeste do Paraná causou a superlotação de algumas áreas, como é o caso da Terra Indígena de Ocoy, no município de São Miguel do Iguaçu. Mais de 600 pessoas foram obrigadas a viver em apenas 231 hectares de terra, sendo que apenas 80 hectares são agricultáveis. As Terras Indígenas estão, em sua maioria, cercadas por fazendas de soja, cana-de-açúcar etc., não havendo florestas nem animais para oferecer as condições mínimas de sustentabilidade nos tekohá.

Em novembro de 2017, o reconhecimento do território Guarani foi contemplado na decisão judicial – ação civil pública nº 5006284-37.2017.4.04.7002 –, proferida pelo juiz Rony Ferreira, da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu. Vale ressaltar que na referida ação, foi possível observar que mesmo a cidade de Santa Helena (local do território Guarani) ser reconhecida uma Terra Indígena, a regularização fundiária para reintegração de posse trata esse povo como “invasor”. A decisão do juiz Rony Ferreira pedia a finalização urgente da demarcação das terras em até dois anos e a necessidade de a área ser ampliada.

Entretanto, em agosto de 2018, o juiz federal Sergio Luis Ruivo Marques, da 1ª Vara Federal de Foz de Iguaçu, proferiu a decisão em favor do pedido de reintegração de posse da Itaipu Binacional. Diante da resistência Guarani e de um risco iminente de



conflito, a justiça optou pela suspensão da reintegração à usina. A ação, atualmente, está no Supremo Tribunal Federal. No entanto, os povos indígenas que vivem nessa região sofrem com a extrema pobreza e estão sem assistência dos órgãos que deveriam assegurar seus direitos – aguardam há mais de 10 anos pela ampliação e demarcação da Terra Indígena Ocoy.

Povo Xetá

De acordo com o Instituto Socioambiental, em 1999 foram identificados um total de oito indivíduos sobreviventes da comunidade Xetá, remanescente da Serra dos Dourados. Pesquisas atuais da Universidade Federal do Paraná, do Departamento de Antropologia e Geografia, indicam a possibilidade de existirem mais quatro sobreviventes. Portanto, a história do povo Xetá no estado Paraná é uma narrativa de extermínio executado rápida e drasticamente em nome da colonização e da expansão das fazendas de café.

O território tradicional dos Xetás é conhecido como Serra dos Dourados, espaço localizado ao longo do Rio Ivai e seus afluentes, Rios das Antas, do Veado, Tiradentes e o Córrego Maravilha. Atualmente, estão localizados nesse espaço as cidades de Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Icaraíma, Douradina e outros municípios.

Os Xetá foram a última etnia do Paraná a entrar em contato com a sociedade nacional. Segundo Helm (1994), as primeiras notícias sobre a presença de indígenas selvagens na Serra dos Dourados foram dadas por cultivadores de café que, no final da década de 1940, adquiriram terras das Companhias de Colonização para a formação de fazendas. O registro desse contato foi analisado e estudado pelo antropólogo José Loureiro Fernandes em 1950.

Fernandes teve o privilégio de contatar os Xetás e registrar suas observações em alguns trabalhos. Em 1958, apresentou comunicação durante a III Reunião Brasileira de Antropologia e escreveu:

Pudemos assim comprovar que se tratava de um grupo mantendo-se em estágio de cultura primitiva, segregado naquela área da floresta tropical o qual devia viver em plena cultura lítica, pois, em todos os acampamentos visitados e estudados, não nos foi dado encontrar qualquer elemento que revelasse contactos com os agrupamentos humanos da civilização brasileira existentes nas regiões circunvizinhas. (Fernandes,



1958, p. 29).

Devido à ocupação de seu território pelas fazendas de café, somando-se às geadas ocorridas na região, Loureiro Fernandes (1958, p. 30) ainda registrou assim a condição dos Xetá: “assolados pela fome, em consequência da destruição das palmeiras e de outras essências florestais, cujos frutos servem de alimento. Os Xetá fizeram esporádicos contatos com os plantadores de café”. A partir desses contatos esporádicos, foram empreendidas expedições que inicialmente, segundo Helm (1994), visavam aproximar os Xetá de algum posto de Serviço de Proteção aos Índios e realizar estudos etnográficos.

Loureiro Fernandes participou dessas expedições e iniciou os primeiros estudos a respeito da etnia constatando que: “os Xetá são completamente selvagens, nada conhecem de agricultura, viviam quase que exclusivamente da coleta, caça e pesca” (Fernandes, 1958, p. 48). Segundo o autor, os Xetá percorriam a mata na busca de alimentos e produtos necessários à sua sobrevivência, sendo extremamente difícil localizá-los. Conta o antropólogo que entrou em contato com apenas 60 indivíduos de 200 que os “novos habitantes” da região diziam existir.

Em sua obra sobre o povo Xetá, Fernandes descreveu suas práticas alimentares, como ainda o vestuário, adornos, transporte, trançados, usos de recipientes, vasilhames, armas, arte, tecelagem e seus acampamentos, fazendo também alguns comentários sobre a língua Xetá: “A preliminar análise linguística logo esclareceu que não se tratava de um dialeto tupi-guarani, mas sim, de um idioma estranho que parece ter dele sofrido raras influências” (Fernandes, 1958, p. 41). A partir de suas observações, organizou um vocabulário com a colaboração de outros estudiosos.

Na obra, o autor concluiu que os Xetá são remanescentes de um antigo grupo que falava Tupi e finalizou chamando a atenção de seus colegas sobre a necessidade urgente de serem realizadas pesquisas sobre esses indígenas “tão primitivos e muito próximos de sua extinção definitiva” (Fernandes, 1958, p. 46). Em 1960, já era prevista a extinção dos Xetá.

Helm (1994) explica que quando os Xetá foram contatados no noroeste do Paraná, nas imediações da fazenda Santa Rosa, a preocupação do SPI era colocá-los em um posto para dar proteção e assistência. Enquanto os trâmites burocráticos ocorriam



lentamente, os Xetás, segundo a autora, eram exterminados rapidamente pela expansão cafeeira na região.

A depredação da floresta pela ação das companhias colonizadoras reduziu a quantidade de alimentos, ocasionando a fome, e as doenças contraídas pelo contato com os “brancos” restringiram drasticamente as condições de sobrevivência desses índios. (Helm, 1994, p. 110).

A Universidade Federal do Paraná e outros centros de pesquisas se empenharam e pressionaram o Governo Federal para decretar como reserva florestal uma área de circulação Xetá, criando o Parque Nacional das Sete Quedas, com a finalidade de preservar o pouco que ainda restava desse grupo étnico e também da mata.

No entanto, a ação das Companhias Colonizadoras, que negociavam áreas de terras para o cultivo dos cafezais, foi mais forte que o interesse do governo e dos órgãos de proteção aos indígenas, que não conseguiram preservar um território para os Xetá. Assim, Helm (1994) afirma que na tentativa de “salvar” os poucos Xetá remanescentes, a Inspetoria do Serviço de Proteção ao Índio transferiu um casal e dois jovens para o Posto de Guarapuava. A autora explica que no Posto Indígena de Guarapuava viviam os Kaingang da aldeia Atalaia, que já estavam em contato com a sociedade nacional desde o século passado. Portanto, para os Kaingang, os Xetá eram atrasados e primitivos e, por esse motivo, foram segregados.

Um surto de sarampo matou os dois Xetá adultos. Com eles, morreu também a possibilidade de ser preservada a cultura tradicional desse povo. Para Helm (1994, p. 111):

Os Xetás estão extintos. Foi cometida uma violência contra este grupo. Resta a memória dos poucos sobreviventes, uma documentação fotográfica e um documentário cinematográfico, elaborado por Kozák e Loureiro Fernandes e os registros etnográficos destes estudiosos. A Antropologia perdeu com o desaparecimento dos Xetá. A humanidade ficou com menos uma sociedade. Em nome do desenvolvimento erroneamente concebido perdeu-se uma cultura indígena, a mata foi derrubada e hoje há erosão no lugar das terras férteis. Procura-se combater a erosão. Não há como recuperar os Xetá.



Diferentemente de outros povos indígenas do Brasil, os remanescentes Xetá não compartilham hábitos ou costumes culturais de seu povo, não vivem e tampouco convivem em um mesmo espaço territorial. Segundo dados do Instituto Socioambiental sobre a realidade do povo Xetá, de caçadores-coletores que eram, vivem hoje na condição de assalariados, servidores públicos, empregados domésticos e boias-frias. Antes herdeiros de um território tradicional, passaram a agregados em terras Kaingang e Guarani, ou são inquilinos no meio rural e urbano.

O Instituto Socioambiental organizou em agosto de 1997, a pedido dos remanescentes Xetá, o “Encontro Xetá: Sobreviventes do Extermínio”. Na ocasião, encontraram-se em Curitiba os oito sobreviventes e alguns de seus familiares, momento no qual tiveram a oportunidade de se conhecerem e conversarem sobre si, sobre o presente, o passado e as perspectivas de um futuro melhor aos seus descendentes.

Como resultado do Encontro, elaboraram um documento solicitando aos diferentes segmentos da sociedade nacional e às autoridades responsáveis o reconhecimento deles e de seus descendentes como sobreviventes da etnia Xetá. Segundo o ISA, reivindicaram ainda atenção da Funai, indenização financeira e terras pela tragédia ocorrida a seu povo. Outra demanda apresentada foi a retificação de nome em seus registros civis, considerando seus nomes indígenas e o de seus pais.

Atualmente, ainda não é possível informar se os remanescentes Xetá puderam reaver o mínimo de tudo que lhes foi tirado. Suas ações percorreram diferentes caminhos judiciais e foram analisadas individualmente sob diferentes pretextos. Por um lado, existe a preocupação em estarem próximos, acompanhando os destinos uns dos outros, como sendo fundamental para a sobrevivência da etnia. Por outro lado, há o descaso judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invasão das Terras Indígenas, o desmatamento e a poluição das águas são problemas constantes na vida dos indígenas. Tais ações dificultam a manutenção de seus modos e costumes, pois impedem de plantar alimentos, caçar, pescar e coletar frutas, principal fonte de alimentação das comunidades locais. Esse é apenas um dos problemas enfrentados pelos povos indígenas de diferentes regiões do Brasil.

No Paraná esse quadro é agravado, como no caso da população Guarani do



estado, que precisa lutar contra a própria justiça pela reintegração de suas terras, invadidas e alagadas pela usina hidrelétrica binacional de Itaipu. Enquanto aguardam a decisão judicial, vivem reduzidos, próximos a lixões municipais e sem as condições mínimas para sobrevivência.

Diferente do que se lê na maioria dos livros didáticos do Ensino Fundamental, o encontro entre indígenas e europeus não foi gentil e harmonioso como se conta. Foi permeado de conflitos, tensões e jogos de interesses, vindos principalmente por parte dos europeus. Isso permitiu que os povos originários desenvolvessem uma série de práticas e táticas de resistência contra as imposições coloniais, na tentativa de defender sua cultura e seu modo de viver.

Terry Eagleton analisou inúmeros conflitos e batalhas mundiais, que o autor denomina de “guerras culturais”, ocorridas em diferentes tempos históricos. As guerras culturais, segundo Eagleton (2003), expressam os conflitos de interesses existentes entre os povos e as nações, bem como a forma como os países se relacionam. Gramsci (1991) também relata que a cultura é um espaço de tensão e conflito entre diferentes grupos sociais que disputam valores e significados. Baseados nesses interesses políticos e econômicos, vale tudo para conquistá-los; vale até exterminar culturas inteiras.

Entretanto, as culturas sobreviventes e resilientes, como as indígenas, não são estáticas e produzem políticas, alternativas, mudanças e transformações para sobreviverem. Essas mudanças também agregam elementos, conhecimentos, hábitos e costumes de outras sociedades para favorecer a mudança cultural. Mota (2008) ressalta que os elementos indicativos de uma cultura, como língua, religião, regras morais, também sofrem modificações com o decorrer do tempo. Assim, aquilo que define hoje uma cultura pode não ser a mesma referência utilizada em outra época pelo mesmo grupo.

Nesse sentido, os grupos humanos se influenciam e sofrem influências culturais. O que colabora, segundo Mota (2008), significativamente para as mudanças culturais. Justamente por isso, o autor considera inadequado conceituar o contato interétnico como um processo de aculturação. Aculturação pressupõe a imposição de uma cultura sobre a outra, de forma coerciva, enquanto um adota passivamente as tradições e os valores impostos. E esse certamente não foi o caso das culturas indígenas.



Os povos indígenas lutaram bravamente por seus territórios, riquezas, costumes, hábitos, homens, mulheres e crianças tombados. Historicamente, comprovou-se que esse foi um processo de invasão, sangrento e sofrido para todos os povos originários.

Se a história do Brasil, após 524 anos das ações colonizadoras, tivesse uma versão indígena, certamente mostraria a beleza de suas múltiplas identidades capazes de abrigar seus nomes étnicos, seus nomes pessoais e os escolhidos por seus povos. Também demonstraria que as sociedades comunitárias em que vivem se organizam em torno da família. E que a família extensa não se organiza apenas pelos laços de sangue em torno de seus filhos, filhas, netos e netas, mas também com os aliados e interessados no bem comum, no bem viver da comunidade e dos seus pequenos.

A educação das crianças é responsabilidade de todos. E o que educa, antes mesmo da escola, é o dia a dia, a realidade e as vivências dos homens e mulheres enquanto produzem o alimento, o artesanato, a reza, a pesca etc. Assim, educa-se pelo exemplo, com a música, a brincadeira, na companhia do outro e na vivência simples, mas enriquecedora.

É com essa mesma fluidez que se produz uma das principais fontes de renda da comunidade: o artesanato. Para além de uma arte indígena, é uma tradição que põe comida no prato. Enquanto é produzido, também cria o ambiente ideal para contar histórias e cantar músicas que educam a mente e o coração dos jovens e das crianças.

Essa leveza de costumes, preservada até hoje em algumas aldeias do Brasil, pode remeter a uma vida bucólica. Mas é preciso lembrar que ela é fruto de lutas diárias pela sua manutenção. Ao enxergar o indígena como sujeito histórico, fora da visão romântica e idealizada pelo colonizador, temos um povo rico em estratégias e dinâmicas de guerrilhas para defesa de seus territórios, riquezas e culturas. Conscientes das disputas pelo poder, organizam-se, atualmente, a partir das próprias perspectivas, para lutar por seus interesses. O interesse em permanecer em seus territórios, com autonomia e autogestão de suas terras. E nessas terras haverá fartura de alimentos e de fontes de água. Haverá escolas, postos de saúde. Haverá hospitais e Universidades. E que assim seja.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

FAUSTINO, R. C.; MENEZES, M. C. B.; NOVAK, M. S. J. Políticas de inclusão e formação de educadores indígenas Xetá no Paraná: aprendizagem e revitalização cultural. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 303-321, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10744>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FERNANDES, J. L. Os índios da Serra dos Dourados: os Xetá. *In*: Reunião Brasileira de Antropologia, 3., 1959, Recife. **Anais [...]**. Recife: Imprensa universitária, 1959. p. 27-46.

HELM, C. M. V. **Os Xetá**: a trajetória de um grupo tupi-guarani em extinção no Paraná. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. p. 105-112. (Anuário Antropológico n. 92). Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/Dialnet-OsXeta-7404693.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos. De 2000 A 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)). Acesso em: 19 ago. 2023.

MISUZAKI, T. I. A luta dos povos guarani no extremo oeste do Paraná. **Revista Pegada: Mundo do Trabalho**, São Paulo, v. 6, n. esp.1, p. 75-88, maio 2015.

MOTA, L. T. (Org.). **As cidades e os povos indígenas**: mitologias e visões. Maringá: Eduem, 2009.

MOTA, L. T.; ASSIS, V. S. **Populações indígenas no Brasil**: histórias, culturas e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.



PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Relatório sobre construções e reparos das escolas indígenas**. Curitiba, 2023.

PARELLADA, C. I. **Vida indígena no Paraná**: memória, presença, horizontes. Curitiba: Provoapar, 2006.